



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2021/TCM-PA, de 03 de fevereiro de 2021.

EMENTA: *Dispõe acerca da 2ª Etapa do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), no exercício de 2021, aprovada nos termos da IN n.º 01/2021/TCMPA, em consonância com a Recomendação n.º 2/2021, do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas - CNPTC, de 27/01/2021.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato n.º 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o cenário de crise na saúde pública mundial e brasileira, iniciada em 2020, em virtude da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), a qual se viu agravar nos últimos meses, em todo o país, com aumento do número de contaminações e, conseqüentemente, do número de óbitos, perfazendo uma média atual de 63.626 mil novos casos por dia, com uma alta significativa na média de mortes, atingindo 1.058 (mil, cento e cinquenta e oito) óbitos por dia, tal como apurado em 27/01/2021.

CONSIDERANDO que, de acordo com dados divulgados pelo consórcio nacional dos veículos de imprensa, levantados pelo Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), em 18/01/2021, o Brasil alcança a triste marca de mais de 220 mil óbitos.

CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, aos 17 de janeiro de 2021, a autorização temporária de uso emergencial da vacina *CoronaVac*, desenvolvida pela farmacêutica SINOVAR em parceria com o Instituto Butantan, e da vacina *Covishield*, produzida pela farmacêutica *Serum Institute of India*, em parceria com a AstraZeneca/Universidade de Oxford/Fiocruz.

CONSIDERANDO o início da campanha de imunização, com a elaboração, pelo Ministério da Saúde, do Informe Técnico **“Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID-19”**, no qual são expostas as diretrizes e orientações técnicas e operacionais para a estruturação e operacionalização da campanha nacional de vacinação contra a COVID-19.



CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde publicou a [Portaria GM/MS n.º 69](#), de 14 de janeiro de 2021, que institui a obrigatoriedade de registro de aplicação de vacinas contra a COVID-19 nos sistemas de informação do Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO a publicação, pelo Ministério da Saúde, da [Nota Informativa nº 1/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS33](#), dispondo sobre orientações para o registro de vacinas no sistema de informação e sobre acesso às informações referentes à vacinação contra a COVID-19, abordando diversos temas relacionados à campanha nacional de vacinação contra a COVID-19.

CONSIDERANDO o dever que se impõe a toda a rede de controle externo dos Poderes Públicos, na busca de medidas que venham a concorrer para o melhor enfrentamento da pandemia, sejam através de medidas pedagógicas, normativas e, ainda, de monitoramento das ações de atuação dos entes federativos, em tudo observado o melhor interesse público.

CONSIDERANDO, neste sentido, as orientações expedidas pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, fixadas junto à [Recomendação CNPTC n.º 2/2021](#), de 27 de janeiro de 2021, notadamente quanto à deflagração de ações de monitoramento que assegurem a execução, efetividade e transparência do Plano Nacional de Vacinação, em direta observância às diretrizes e normativas expedidas pelo Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO que o Governo do Estado do Pará vem dispendendo todos os esforços e meios necessários para disponibilização/distribuição das doses de vacinas recebidas do Ministério da Saúde, em prazo de até 24h (vinte e quatro horas), após a chegada destas em nossa capital, junto aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, incorrendo, conforme noticiado em 01/02/2021, na ausência de informações dos entes municipais, quanto aos dados de pessoas vacinadas.

CONSIDERANDO, ainda, a continuidade ao Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), no exercício de 2021, aprovada nos termos da [Instrução Normativa n.º 01/2021/TCMPA](#);



RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do TCM-PA, a **2ª Etapa do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará**, previsto nos termos da IN n.º 01/2021/TCMPA, para levantamento de informações e de medidas adotadas pelos entes jurisdicionados, destinados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), para o exercício de 2021.

Art. 2º. A ação de controle externo do TCM-PA, prevista no art. 1º, terá como foco o levantamento de informações, a partir de dados declarados pela origem, com pertinência à situação da rede de atendimento municipal da saúde, vocacionado para a execução dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de Vacinação da COVID-19, nos termos da Recomendação n.º 2/2021/CNPTC.

Art. 3º. As informações exigíveis dos entes jurisdicionados serão prestadas nos termos do questionário constante do ANEXO ÚNICO, desta Instrução Normativa, cuja responsabilidade pela fidelidade e veracidade das informações prestadas recaem ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Os Prefeitos Municipais serão notificados quanto às informações estabelecidas no questionário disposto no ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, exclusivamente, por publicação uma junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, para no prazo máximo de até 03 (três) dias se manifestarem no link indicado na comunicação.

§ 1º. Ao final do preenchimento do questionário disposto no caput deste artigo, os Prefeitos Municipais deverão realizar o download do arquivo para encaminhamento, por intermédio de ofício dirigido ao TCM-PA, via e-mail (protocolo@tcm.pa.gov.br), devidamente assinados, digitalmente, pela autoridade, no mesmo prazo fixado no *caput*, deste artigo.

§ 2º. A publicização do questionário constante do ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, já assegura aos Prefeitos Municipais a oportunidade de deflagração dos procedimentos administrativos internos, destinados ao levantamento das informações necessárias ao atendimento da determinação do TCM-PA.

Art. 5º. Os dados recebidos serão submetidos à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, para fins de tabulação e emissão de relatórios, disponibilizados, preliminarmente ao Colegiado do TCM-PA, objetivando, ato contínuo, a sua publicização e



compartilhamento com as Câmaras Municipais, Conselhos Municipais de Saúde, Governo Federal (Ministério da Saúde), Governo do Estado do Pará (Secretaria Estadual de Saúde), Ministério Público Estadual e Federal.

§ 1º. Para fins de estudo e avaliação em âmbito nacional, os dados coletados poderão ser disponibilizados ao Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas - CNPTC, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - ATRICON e Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACON.

§ 2º. O TCM-PA poderá divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Instrução Normativa, que tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.

Art. 6º. O encaminhamento das informações, na forma e prazo estabelecidos nesta Instrução Normativa e junto ao respectivo Edital de Notificação, é obrigatório a todos os Prefeitos Municipais, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCM -PA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas do exercício de 2021, na forma da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno (Ato n.º 23).

Art. 7º. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas nesta Instrução Normativa, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC n.º 109/2016¹ c/c art. 698, inciso II, alíneas "a", "b" e inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCM-PA (Ato 23)².

Art. 8º. A prestações de informações falsas, com inconsistências de dados ou, ainda, com outras irregularidades, que venham a ser detectadas após análise dos achados de

1 **Art. 72.** O Tribunal poderá aplicar multa de até 33.000 UPFPA - Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará, ou instrumento substitutivo equivalente, aos administradores e gestores da coisa pública, nos seguintes casos:

IV - Por obstrução ao livre exercício de fiscalização do Tribunal;

V - Por sonegação de processo, documento ou informação necessários ao exercício do controle externo;

VII - Pelo não encaminhamento de relatórios, documentos e informações a que está obrigado por força de lei ou de ato normativo do Tribunal, no prazo e na forma estabelecidos;

2 **Art. 698.** O Tribunal poderá aplicar multa de até 33.000 (trinta e três mil) UPF/PA – Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará, ou instrumento substituto equivalente, aos administradores ou responsáveis que lhes são jurisdicionados, nos termos dos incisos I a VII, do art. 3º, da LC nº 109/2016, nos seguintes casos e observados os percentuais desse montante:

II - até 16.500 (dezesesseis mil e quinhentas) Unidades Padrão Fiscal:

a) por obstrução ao livre exercício de fiscalização do Tribunal;

b) por sonegação de processo, de documento ou de informação necessária ao exercício do controle externo;

III - até 11.000 (onze mil) Unidades Padrão Fiscal:

a) pelo não encaminhamento de relatórios, documentos e informações a que está obrigado por força de lei ou de ato normativo do Tribunal, no prazo e na forma estabelecidos.



auditoria, com cruzamento de outros bancos de dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará, para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCM-PA.

Art. 9º. Os Prefeitos Municipais, os Secretários Municipais de Saúde e, ainda, os respectivos responsáveis pelos Controles Internos, serão notificados quanto aos eventuais achados de auditoria e/ou recomendações consignadas TCM-PA, fixando-se prazo de até 05 (cinco) dias para apresentação de informações quanto às providências adotadas, com vistas a normalização das ações esperadas dos Executivo Municipal.

Art. 10. As manifestações encaminhadas ao TCM-PA, nos termos do art. 9º, serão recepcionadas pela Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação, em conjunto com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Resultados, com o objetivo de consolidação de relatórios de monitoramento, seguindo-se, ato contínuo, à Presidência e aos respectivos Conselheiros-Relatores, para fins de análise e adoção de demais providências de alçada.

Art. 11. Por intermédio da publicação da presente Instrução Normativa, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, ficam cientificados todos os ordenadores de despesa e respectivos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, das obrigações, formas, prazos para prestação de informações ao TCM-PA, bem como das sanções decorrentes de sua inobservância.

Art. 12. O encaminhamento digital/eletrônico das informações detalhadas nesta Instrução Normativa não desobriga a unidade jurisdicionada de manter devidamente arquivados, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes relativos aos seus atos e que subsidiem a veracidade das informações declaradas, podendo o Conselheiro-Relator, a seu critério ou mediante provocação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.

Art. 13. O envio de dados, nos termos desta Instrução Normativa, não restringe a competência do Tribunal para examinar, por meio de outras espécies de fiscalização, a legalidade e a veracidade dos documentos e informações relativas às ações vinculadas ao atendimento da saúde pública municipal.

Art. 14. Fica delegada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo do TCM-PA (DIPLAMFCE), na forma da Resolução



Administrativa n.º 01/2021/TCMPA, a competência para expedição de notificações e/ou outras comunicações aos Prefeitos Municipais e/ou responsáveis pelos Controles Internos do Executivo Municipal, objetivando o específico e exclusivo cumprimento das disposições estabelecidas por esta Instrução Normativa.

Art. 15. A Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, com o auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação, deverá adotar todas as providências necessárias ao desenvolvimento das atividades fixadas nesta Instrução Normativa, objetivando a concomitância executiva, junto aos Poderes Públicos Municipais.

Art. 16. Ficam cientificados, informados e advertidos, os respectivos Prefeitos Municipais, sob jurisdição do TCM-PA quanto a obrigatoriedade de atendimento, dos seguintes pontos e aspectos vinculados à ação de vacinação nacional para enfrentamento da COVID-19:

I – Adoção prioritária das medidas previstas no:

- a)** Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, bem como nos Planos Estadual e Municipais já aprovados e publicados;
- b)** Informe Técnico “Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID-19”;
- c)** Nota Informativa nº 1/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS;
- d)** Portaria GM/MS nº 69, de 14 de janeiro de 2021 e demais atos normativos e/ou legislativos pertinentes.

II – Cumprimento impositivo das diretrizes de vacinação, destacadamente:

- a)** atentar à ordem de prioridade, respeitando, inclusive, o número de doses para cada grupo prioritário;
- b)** em relação aos profissionais de saúde, obedecer estritamente a ordem de prioridade estabelecida nos planos de vacinação nacional, atendendo aos critérios de vacinação prioritária dos trabalhadores mais expostos à infecção;
- c)** adotar ações de promoção à transparência da execução da vacinação contra o coronavírus nos respectivos entes, inclusive com a divulgação periódica das metas vacinais atingidas;



d) elaborar e divulgar o plano de vacinação local, inclusive com menção detalhada dos grupos a serem vacinados em cada uma das etapas e os quantitativos correspondentes, permitindo o controle social, com a adequação das unidades destinadas à sua execução e o registro diário das informações nos sistemas existentes;

III – Observância das regras estabelecidas à transparência pública e ao exercício do controle social e do controle externo, com a divulgação diária e permanentemente atualizada, até as 22h (vinte e duas horas), no site oficial do respectivo ente, em formato de fácil leitura e interpretação pela população, da relação das pessoas vacinadas no dia respectivo, indicando: nome, CPF (ou CNS, se profissional da saúde), local onde foi feita a imunização, função exercida e local onde a exerce (se aplicável), não devendo ser publicado qualquer dado sensível relativo a idade/comorbidades.

Parágrafo único. Para atendimento do previsto no inciso III, deste artigo, deverão ser observados, no que couber, os requisitos dispostos na Instrução Normativa n.º 10/2020/TCMPA, cujo atendimento é obrigatório e permanente, passível das medidas de controle externo à cargo deste Tribunal de Contas.

Art. 17. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 03 de fevereiro de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Conselheira/Presidente

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro/Vice-Presidente

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheira/Corregedor

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro/Ouvidor

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro Substituto



ANEXO ÚNICO:

**QUESTIONÁRIO – COVID-19 – INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 04/2021/TCMPA
(2ª ETAPA)**

BLOCO I:

1. O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?
☐ SIM
☐ NÃO
2. O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?
☐ 0 a 7
☐ 8 a 15
☐ 16 a 30
☐ mais de 30
3. O município possui contratação vigente para fornecimento de oxigênio?
☐ SIM
☐ NÃO
4. O fornecimento de oxigênio pela(s) empresa(s) contratada(s) está de acordo com as demandas/requisições encaminhadas pelo município e aos termos do contrato celebrado?
☐ SIM
☐ NÃO
☐ NÃO POSSUI CONTRATO VIGENTE

BLOCO II

5. O Município elaborou e aprovou um Plano Municipal de Vacinação para enfrentamento da COVID-19?
☐ SIM
☐ NÃO
6. O Município divulga em seu Portal da Transparência o Plano de Vacinação local, inclusive com menção detalhada dos grupos a serem vacinados em cada uma das etapas e os quantitativos correspondentes, permitindo o controle social, com a adequação das unidades destinadas à sua execução e o registro diário das informações nos sistemas existentes?
☐ SIM
☐ NÃO
7. O Município mantém a divulgação diária e atualizada, em seu Portal da Transparência, da relação das pessoas vacinadas no dia respectivo, indicando: nome, CPF (ou CNS, se profissional da saúde), local onde foi feita a imunização, função exercida e local onde a exerce (se aplicável), observado as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), relacionado aos considerados dados sensíveis?
☐ SIM
☐ NÃO



8. O Município está adotando as providências de comunicação diária, junto aos sistemas disponibilizados pelo Governo Federal e/ou Estadual, das informações pertinentes à identificação quantitativa, qualitativa e nominal de pessoas vacinadas para COVID-19?

☐ SIM

☐ NÃO

9. Os órgãos e agentes públicos municipais, envolvidos no enfrentamento da pandemia da COVID-19, possuem conhecimento das diretrizes fixadas junto às normativas editadas pelo Governo Federal (Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19; Informe Técnico da Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID-19; Nota Informativa nº 1/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS e Portaria GM/MS nº 69, de 14 de janeiro de 2021)?

☐ SIM

☐ NÃO

BLOCO III

10. Na execução dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de vacinação estão sendo observados e fiscalizados, pelo Poder Público Municipal, a estrita e impositiva observância do atendimento dos grupos prioritários, na forma instituída pela Portaria GM/MS n.º 69/2021 e demais atos normativos e/ou legislativos vigentes?

☐ SIM

☐ NÃO

11. Por ocasião da execução dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de vacinação, foram identificadas ocorrências de irregularidade no processo de vacinação, com inobservância dos grupos prioritários, previstos pelas normas nacionais de regência e/ou extravio de doses da vacina?

☐ SIM

☐ NÃO

12. A partir da identificação de ocorrências de irregularidades no processo de vacinação, com inobservância dos grupos prioritários, foram adotadas as providências de comunicação e apuração, destacadamente? (podem ser marcadas mais de uma opção):

☐ Instauração de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar;

☐ Comunicação de Notícia de Fato ao Ministério Público Estadual;

☐ Registro do fato junto à autoridade policial local (Polícia Civil);

☐ Não foram identificadas ocorrências de irregularidade.

BLOCO IV

13. O município está cumprindo o cronograma municipal de vacinação previsto nos Planos Estadual e/ou Municipal de vacinação:

☐ SIM

☐ NÃO



14. Quais são as principais causas de não cumprimento do cronograma municipal de vacinação, de acordo com os prazos e grupos estabelecidos? (podem ser marcadas mais de uma opção):

- ☐ Problemas com o estoque de agulhas e seringas;
- ☐ Limitação de pessoal qualificado;
- ☐ Limitações na estrutura e locais de atendimento da população;
- ☐ Problemas logísticos com a distribuição das vacinas dentro do município;
- ☐ Baixa aderência da população ao processo de vacinação;
- ☐ Outras situações não referenciadas;
- ☐ O município está cumprindo o cronograma previsto;
- ☐ Não se aplica (caso responda SIM no item 14).

BLOCO V

15. A atual gestão municipal mantém e atualiza os Portais da Transparência dedicados e exclusivos à temática do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), na forma estabelecida e regulamentada pela IN n.º 10/2020/TCMPA?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

16. A atual gestão municipal mantém e atualiza os Portais da Transparência dedicados e exclusivos à temática do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), na forma estabelecida e regulamentada pela IN n.º 10/2020/TCMPA.

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

17. Em caso positivo ao item 16, copiar o link de acesso: _____

BLOCO VI

18. Descreva aqui os demais pontos relevantes sobre o tema que porventura não foram explicitados nos itens anteriores:

